



CLARA FREITAS GALLO

**DIREITOS HUMANOS
DAS PESSOAS LGBTQIAP+**

na jurisprudência da Corte
Interamericana de
Direitos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBTQIAP+ E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS	9
1.1 A primeira onda do ativismo LGBTQIAP+: o protoativismo e o surgimento da identidade homossexual.....	13
1.2 A segunda onda do ativismo LGBTQIAP+: o pós-guerra e a revolta de Stonewall.....	17
1.3 A terceira onda do ativismo LGBTQIAP+: visibilidade e direitos.....	26
2. CONCEITOS ESSENCIAIS E PRINCÍPIOS NORTEADORES	39
2.1 Identidade de gênero, orientação sexual e a sigla LGBTQIAP+	39
2.2 O princípio da igualdade: conceito e acepções.....	49
2.3 <i>Standards</i> interamericanos para a tutela de direitos LGBTQIAP+	63
3. A OPINIÃO CONSULTIVA Nº 24/2017: IDENTIDADE DE GÊNERO, IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO A CASAS DO MESMO SEXO	77
3.1 Competência consultiva da Corte IDH: aspectos gerais.....	77
3.2 <i>Standards</i> da opinião consultiva nº 24/2017	87
4. A JURISPRUDÊNCIA CONTENCIOSA DA CORTE IDH EM MATÉRIA DE DIREITOS LGBTQIAP+.....	107
4.1 Aspectos gerais sobre a competência contenciosa da Corte IDH	107
4.2 Caso Atala Riffo e crianças vs. Chile: a estreia da Corte IDH em matéria de diversidade sexual.....	110
4.3 Caso Duque vs. Colômbia: a pensão por morte e os casais homoafetivos	114
4.4 Caso Flor Freire vs. Equador: as Forças Armadas e o direito à diversidade sexual.....	116

4.5 Caso Azul Rojas Marín e outra vs. Peru: violência policial e LGBTfobia.....	118
4.6 Caso Vichy Hernández e outras vs. Honduras: LGBTfobia estrutural e impunidade.....	124
4.7 Caso Pavez Pavez vs. Chile: orientação sexual, liberdade religiosa e direito ao trabalho	131
CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141